



**BIÊNIO – janeiro de 2023 / janeiro de 2025**

**Antonio José Costa de Freitas Guimarães**

Conselheiro/Presidente do TCMPA

**Lúcio Dutra Vale**

Conselheiro/Vice-presidente do TCMPA

**José Carlos Araújo**

Conselheiro/Corregedor do TCMPA

**Francisco Sérgio Belich de Souza Leão**

Conselheiro/Ouidor do TCMPA

**Luis Daniel Lavareda Reis Junior**

Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

**Mara Lúcia Barbalho da Cruz**

Conselheira/Diretora Geral da Escola de Contas Públicas do TCMPA

**Sebastião Cezar Leão Colares**

Conselheiro/Vice-presidente da Câmara Especial

**CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A):**

↳ **José Alexandre da Cunha Pessoa**

↳ **Sérgio Franco Dantas**

↳ **Adriana Cristina Dias Oliveira**

↳ **Márcia Tereza Assis da Costa**

**CRIAÇÃO**

“O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (**TCMPA**) foi instituído pela **Emenda Constitucional nº 13, de 16/10/1980**, à Constituição Estadual, com fundamento no Art. 16, § 1º da Constituição Federal.”

**MISSÃO**

“Orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando a sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade.”

**VISÃO**

“Ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública.”

**REGULAMENTAÇÃO/DOE TCMPA**

Lei Complementar nº 102/2015, 25/09/2015;  
Instrução Normativa nº 03/2016/TCMPA;  
Sua estreia aconteceu em 13/12/2016.

**CONTATO/DOE do TCMPA**

Secretaria Geral/ (91) 3210-7813  
suporte.doe@tcm.pa.gov.br

**ENDEREÇO/TCMPA**

Trav. Magno de Araújo, 474 - Telégrafo Sem Fio.  
Belém - Pará - Brasil - CEP 66.113-055  
-Telefone: (91) 3210-7500 (Geral)

**TCMPA recebe convite para posse da nova diretoria da Audicon**



O presidente Antonio José e a conselheira substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA), Adriana Oliveira, receberam a presidente eleita da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), Milene Cunha, na manhã desta quarta-feira (17).

A presidente eleita da Audicon convidou conselheiras e conselheiros do TCMPA para a solenidade de posse da nova diretoria da instituição, que ocorrerá em fevereiro, em Brasília (DF).

A nova diretoria da Audicon atuará no biênio 2024-2025 tendo a frente, além da presidente Milene Cunha (conselheira substituta do TCE-PA), o vice-presidente Marcus Bemquerer (ministro do TCU), a secretária-geral Jaqueline Marques (conselheira substituta do TCE-MT) e a compoendo a Vice-Presidência de Prerrogativas e Assuntos Corporativos, a conselheira substituta do TCMPA Adriana Oliveira, além de outras autoridades compoendo a gestão que será empossada.



**NESTA EDIÇÃO**

**DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL**

**PUBLICAÇÃO DE ATO - JULGAMENTO ..... 02**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA – GP**

**PAUTA DE JULGAMENTO ..... 11**

**GABINETE DO CORREGEDOR**

**SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO ..... 13**

**DO GABINETE DE CONSELHEIRO SUBSTITUTO**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ..... 14**

**DOS SERVIÇOS AUXILIARES - SA**

**APOSTILAMENTO ..... 14**



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)

Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.

**TCMPA**  
2023-2025

DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

**DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL****PUBLICAÇÃO DE ATO - JULGAMENTO****ACÓRDÃO****ACÓRDÃO Nº 44.346**

Processo nº 1.019002.2023.2.0002

Origem: Câmara Municipal de Bujaru

Assunto: Resolução nº 01/2020 – fixa os subsídios dos Vereadores – legislatura 2021/2024

Responsável: Maria Nilza Bitencourt -Vereadora Presidente

Membro/MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (art. 70, § 7º c/c o art. 110, III do RI/TCMPA-Ato nº. 23/2020, com as alterações do Ato nº. 26/2022)

EMENTA: ATO QUE REGULAMENTA A FIXAÇÃO DOS VEREADORES – 2021/2024. REQUISITOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS ATENDIDOS. CONFORMIDADE.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no art. 75, inciso III do Regimento Interno (Ato nº. 23/2020, com as alterações do Ato nº. 26/2022), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora.

**DECISÃO:**

I – Pela conformidade da Resolução nº 01/2020 de 24/08/2020 que fixa os subsídios mensais dos Vereadores da Câmara Municipal de Bujaru em R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para a legislatura 2021/2024;

II – Pelo envio dos autos à Controladoria responsável pela análise das contas no quadriênio de 2021/2024 a fim de subsidiar a fiscalização orçamentária e financeira das despesas decorrentes do presente ato, bem como a observância aos limites constitucionais e legais.

Sessão do Plenário Virtual (Eletrônico) da Câmara Especial do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, de 11 a 13 de dezembro de 2023.

**\* ACÓRDÃO Nº 44.091**

Processos nºs 201931028-00 - 202032241-00 - 202032252-00

Natureza: Homologação de Decisão Monocrática sobre Benefícios Previdenciários.

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas.

EMENTA: HOMOLOGAÇÃO DE DECISÕES MONOCRÁTICAS. REGISTROS DE ATOS CONCESSÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. Visto, examinado e registrado os Atos Concessórios de Benefícios Previdenciários, mediante julgamento monocrático, a cargo do Relator que ora os submetem à devida homologação.

ACORDAM os Membros Integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade, com base nos arts. 492, XIV, c/c 663, do RITCM/PA (Ato nº 23/2020, c/ alterações do Ato nº 26/2022), em HOMOLOGAR as Decisões Monocráticas, segundo a fundamentação legal, os seguintes processos:

Item Pauta	Processo nº	Portaria nº	Interessados	Benefício	Nº DM	Extrato DOE
03	201931028-00	033/2019	José Soares da Cruz	Pensão	06	08/11/2023
05	202032241-00	619/2020	Zilma Dias da Silva	Aposentadoria	08	08/11/2023
07	202032252-00	651/2020	Iolanda Rodrigues da Costa	Aposentadoria	10	08/11/2023

Sessão do Plenário Virtual (Eletrônico) da Câmara Especial do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, de 20 a 24 de novembro de 2023.

\* **REPUBLICADO POR EQUÍVOCO NO NÚMERO DO ATO NO DOE DE 17/01/2024.**

**Protocolo: 45649****ACÓRDÃO Nº 43.218**

Processo nº 1.024001.2023.1.0039

Origem: Prefeitura Municipal de Castanhal

Assunto: Homologação de Medida Cautelar Monocrática  
Pregão Eletrônico nº 040/2023

Responsável: Paulo Sérgio Rodrigues Titan – Prefeito

Conselheiro Relator: José Carlos Araújo

EMENTA: Prefeitura Municipal de Castanhal, exercício 2023. Homologação de Medida Cautelar Monocrática. Fundamento no art. 340, do RITCM-PA. Suspensão dos

[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)

Consulte via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

procedimentos licitatórios originários do Pregão Eletrônico nº 040/2023.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e decisão do Relator:

DECISÃO:

I – Homologar a Medida Cautelar, que sustou o Pregão Eletrônico nº 040/2023, incluindo seu pagamento, e contrato, se houver, promovido pela Secretaria Municipal de Saúde de Castanhal, com base no art. 340, do RITCM-PA;

II – Determinar a Notificação ao Prefeito Municipal de Castanhal Paulo Sérgio Rodrigues Titan, sobre a Medida Cautelar aplicada, para que no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste sobre as irregularidades apontadas pelo Órgão Técnico;

III – Determinar ainda, aplicação de multa diária de 1.000 (um mil) UPF-PA, em caso de descumprimento desta decisão, de acordo com o art. 699, do RITCM-PA.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 08 de agosto de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 43.332

Processo nº 077362.2021.2.000

Município: São Francisco do Pará

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social

Assunto: Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2021

Ordenadora: Nadir do Socorro de Magalhães Barbosa

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Procurador MPCM: Erika Monique Paraense Serra Vasconcellos

EMENTA: Prestação de Contas. Contas Anuais de Gestão. Fundo Municipal de Assistência Social de São Francisco do Pará. Conta Regular com ressalva. Aplicação de multa. Advertência quanto ao prazo de recolhimento da multa. Expedição do Alvará de Quitação a Ordenadora após o recolhimento da multa estipulada.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Relator.

DECISÃO:

I – Aprovar com ressalvas as contas do Fundo Municipal de Assistência Social de São Francisco do Pará, com fulcro no art. 45, inciso II, da LC nº 109/2016, na gestão da Ordenadora Nadir do Socorro de Magalhães Barbosa;

II – Aplicar multa de 400 UPF-PA, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA, pelo não encaminhamento dos atos de admissão temporária de Pessoal, inobservando a Resolução nº. 18/2018, nos termos do art. 698, IV, b do Regimento Interno/TCM PA;

III – Cientificar que em caso de não atendimento da multa, os autos serão remetidos à Procuradoria Geral do Estado do Pará, objetivando o protesto e execução do título executivo, com os acréscimos legais, nos termos do artigo 697, §§ 1º e 2º do RITCM/PA;

IV – Expedir o Alvará de Quitação à Ordenadora no valor de R\$ 2.219.951,13 (dois milhões, duzentos e dezenove mil, novecentos e cinquenta e um reais e treze centavos). Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 17 de agosto de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 44.226

Processo nº 052002.2016.2.000

Jurisdicionado: CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2016

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessados: MALENA GAIA BATISTA (Ordenadora 01/01/2016 até 01/09/2016)

JOSIDELSON SILVA DE OLIVEIRA (Presidente – 02/09/2016 até 31/12/2016)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARA. EXERCÍCIO DE 2016. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS DE AMBOS ORDENADORES. RECOLHIMENTO AO ERÁRIO MUNICIPAL. ALVARÁS DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 052002.2016.2.000, ACORDAM, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Malena Gaia Batista, Ordenadora relativas ao exercício financeiro de 2016. Em favor de quem deve expedir o Alvará de Quitação, no valor de R\$ 1.025.349,65 (um milhão vinte e cinco mil trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).



CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Josidelson Silva De Oliveira, relativas ao exercício financeiro de 2016.

Em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação, no valor de R\$ 630.073,06 (seiscentos e trinta mil setenta e três reais e seis centavos), somente após a devida comprovação do recolhimento da importância de R\$ 13.070,52 (treze mil setenta reais e cinquenta e dois centavos), devidamente corrigidos, em favor do Tesouro Municipal, correspondente a responsabilização financeira que lhe foi imposta nos autos.

Belém – PA, 7 de dezembro de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 44.241

Processo nº 008443.2020.2.000

Jurisdicionado: IPMA DE ANANINDEUA

Assunto: Contas Anuais de Gestão – Exercício 2020

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessados: JOSÉ AUGUSTO DIAS DA SILVA (Ordenador – 01/01/2020 até 31/12/2020)

LORENA DE NAZARÉ MARÇAL DE SOUZA SANOVA (Ordenadora – 01/01/2020 até 31/12/2020)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. IPMA DE ANANINDEUA. EXERCÍCIO DE 2020. PELA REGULARIDADE DAS CONTAS DO ORDENADOR JOSÉ AUGUSTO DIAS DA SILVA. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS DA ORDENADORA LORENA DA NAZARÉ M. DE SOUZA SANOVA. MULTAS AO FUMREAP. ALVARÁS DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 008443.2020.2.000, ACORDAM, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso I, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULARES as contas do(a) Sr(a) José Augusto Dias Da Silva, relativas ao exercício financeiro de 2020.

Em favor de quem esta Corte de Contas deverá emitir o competente Alvará de Quitação no valor de R\$ 163.101.597,34 (cento e sessenta e três milhões cento e um mil quinhentos e noventa e sete reais e trinta e quatro

centavos), correspondente à importância que esteve sob sua responsabilidade.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Lorena De Nazaré Marçal De Souza Sanova, Ordenadora relativas ao exercício financeiro de 2020.

Em favor de quem esta Corte de Contas deverá emitir o competente Alvará de Quitação no valor de R\$ 255.440.098,72 (duzentos e cinquenta e cinco milhões setecentos e noventa mil setecentos e cinquenta reais e cinquenta e um centavos), correspondente à importância que esteve sob sua responsabilidade, somente após a devida comprovação do recolhimento em favor do FUMREAP-TCM-PA, a título de multas, no prazo de 30 dias, os seguintes valores. APLICAR as multas abaixo ao(a) Sr(a) Lorena De Nazaré Marçal De Souza Sanova, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de **1500 UPF-PA** prevista no Art. 700, IV, do RITCM-PA, pela remessa da prestação de contas do 3º quadrimestre de 2020 fora do prazo (272 dias de atraso), descumprindo o estabelecido no art. 103, V do RITCM-PA e IN nº 001/2009/TCM-PA, vigente à época;
2. Multa na quantidade de **1000 UPF-PA** prevista no Art. 700, III, do RITCM-PA, pela remessa intempestiva no mural de licitação das informações e arquivos referentes aos Contratos, atrasando 70 e 162 dias os respectivos documentos, descumprindo o art. 6, II, da Resolução nº 11.535/14-TCM/PA;
3. Multa na quantidade de **500 UPF-PA** prevista no Art. 698, IV, "b", do RITCM-PA, pelas falhas formais constatadas em processos licitatórios, descumprindo a Resolução nº 11.535/2014-TCMPA c/c Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 10.520/02.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém – PA, 7 de dezembro de 2023.

#### ACÓRDÃO Nº 44.272

Processo nº 102002.2022.2.000

Origem: Câmara Municipal de São Geraldo do Araguaia

Assunto: Prestação de Contas Anuais de Gestão de 2022.





Responsável: José Guedes da Silva Vieira

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA. EXERCÍCIO 2022. PELA IRREGULARIDADE DAS CONTAS. RECOLHIMENTO AO ERÁRIO MUNICIPAL. MULTAS AO FUMREAP. ENVIO DE CÓPIA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. MEDIDA CAUTELAR.

Ao final da Instrução Processual, restaram as falhas: 1) Pelo descumprimento da Lei de Acesso a Informação, onde ficou constatado que a Unidade Gestora em questão alcançou um percentual de atendimento de 55,35% das obrigações contidas na Matriz Única de atendimento, descumprindo a IN 011/2021/TCM-PA; 2) Pela incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais em favor do INSS, no montante de R\$ 194.946,13, descumprindo o regime de competência da despesa, previsto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c o art. 50, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, 3) Pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, no valor de R\$ 107.185,50, descumprindo o estabelecido no art. 216, Inciso I, alínea b, do Decreto Federal nº 3.048/1999, 4) Responsabilização Financeira ao Ordenador de Despesas com o lançamento da conta Despesas Pendentes (ALCANCE) no valor total de R\$ 163.143,15 proveniente da retenção em folha de pagamento do IRRF (R\$ 55.957,65) e do INSS (R\$ 107.185,50) não contabilizados na receita extraorçamentária.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator:

DECISÃO:

I. VOTAM, nos termos do Inciso III, “c”, do Art. 45, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, pela Irregularidade das Contas da Câmara Municipal de SÃO GERALDO DO ARAGUAIA, exercício financeiro de 2022, de responsabilidade do Sr. JOSÉ GUEDES DA SILVA VIEIRA.

II. Fica obrigado o Ordenador de despesas, a efetuar o recolhimento em favor do erário municipal, da importância de R\$ 163.143,15 (cento e sessenta e três mil, cento e quarenta e três reais e quinze centavos), devidamente corrigidos monetariamente, no prazo de 60 dias, na forma do Art. 48 da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, decorrente da não contabilização da retenção em folha de pagamento do IRRF (R\$

55.957,65) e do INSS (R\$ 107.185,50), com fundamento no Art. 698, I, “a” do RITCMPA.

III. Deve ainda o Ordenador de Despesas recolher em favor do FUMREAP-PA, a título de multa<sup>1</sup>, e no prazo de 30 dias, os seguintes valores:

1) **500 UPF-PA**, com fundamento no art. 698, IV, “b”, do RITCM-PA, pelo descumprimento da Lei de Acesso a Informação, onde ficou constatado que a Unidade Gestora em questão alcançou um percentual de atendimento de 55,35% das obrigações contidas na Matriz Única de atendimento, descumprindo a IN 011/2021/TCM-PA;

2) **200 UPF-PA**, com fundamento no art. 698, IV, “b”, do RITCM-PA, pela incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais em favor do INSS, no montante de R\$ 194.946,13, descumprindo o regime de competência da despesa, previsto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c o art. 50, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

3) **200 UPF-PA**, com fundamento no art. 698, III, “b”, do RITCM-PA, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, no valor de R\$ 107.185,50, descumprindo o estabelecido no art. 216, Inciso I, alínea b, do Decreto Federal nº 3.048/1999.

IV. Fica, desde já, advertido o ordenador responsável que o não recolhimento das multas fixadas, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da presente decisão resulta em acréscimos decorrentes da mora, na forma estabelecida nos Incisos do art. 703, do RI/TCM-PA e comportam a remessa dos autos à Procuradoria-Geral do Estado, objetivando o protesto e execução do título executivo, com acréscimo dos consectários legais conforme art. 696 do RI/TCM/PA (Ato nº 25).

V. Envio de cópia dos autos deverá ser encaminhada ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis.

#### **VOTO DE CAUTELAR**

I. VOTAM pela emissão de medida cautelar, com fundamento no art. 96, I, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, tornando indisponíveis, durante um ano, os bens do Sr. JOSÉ GUEDES DA SILVA VIEIRA, em tanto quanto bastem, para garantir o montante de R\$ 163.143,15 em razão das divergências apresentadas na prestação de contas no exercício de 2022.

II. RECOMENDAM à Presidência deste Tribunal a expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis da comarca de Belém e de SÃO GERALDO DO ARAGUAIA, bem como ao Banco Central do Brasil, comunicando a decisão e determinando a indisponibilidade dos bens e valores do Sr. JOSÉ GUEDES DA SILVA VIEIRA.



III. ENVIO de cópia dos autos deverá ser encaminhada ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis, bem como à Câmara Municipal de SÃO GERALDO DO ARAGUAIA para conhecimento.

Sessão do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará em 12 de dezembro de 2023.

**Protocolo: 45647**

## RESOLUÇÃO

### RESOLUÇÃO Nº 16.630

Processo nº 135001.2019.1.000

Município: Curuá

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Curuá

Exercício: 2019

Interessado: José Vieira de Castro

Assunto: Contas Anuais do Chefe do Executivo

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Procurador MPCM: Maria Regina Franco Cunha

EMENTA: Prestação de Contas. Contas Anuais do Chefe do Executivo. Prefeitura Municipal de Curuá. Exercício de 2019. Parecer Prévio Contrário. Imputação de Débito. Aplicação de Multas. Notificar o Presidente da Câmara para retirada dos autos da sede do TCM-Pa. Cópia dos autos ao Ministério Público do Estado para as providências cabíveis

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator,

DECISÃO:

I – Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Curuá, a não Aprovação das Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal de Curuá, exercício de 2019, na gestão do ordenador José Vieira de Castro, com fulcro art. 37, inciso III, da LC nº 109/2016.

II – IMPUTAR débito de R\$ 15.300,00 que deverá ser recolhido ao ERÁRIO no prazo de 60 (sessenta) dias, atualizado monetariamente com base no art. 706, §5º, do RITCM-PA, pelo pagamento a maior de subsídios ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, descumprindo a Lei Municipal nº 326/2016;

III – Aplicar multas que deverão ser recolhidas, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado, ao FUMREAP, com fundamento no art. 72, incisos I e II da Lei nº 109/2016:

- **500 UPF/PA**, pelo gasto com Pessoal do Poder Executivo e do Município no percentual de 77,06% e 79,58% da Receita Corrente Líquida (RCL), descumprimento do art.

20, inc. III, "b" e art. 19, inc. III, ambos da LRF, respectivamente, nos termos do art. 698, I, b do RITCM/PA;

- **500 UPF/PA**, pelo repasse ao Poder Legislativo (7,32%) acima do limite permitido (7%), descumprindo o art. 29-A, §2º, I da Constituição Federal;

- **300 UPF-PA**, inscrição em restos a Pagar sem lastro financeiro, inobservando o art. 1º, parágrafo 1º da LRF, por desequilíbrio entre receita e despesa;

- **300 UPF-PA**, pelo não recolhimento das retenções de empréstimos e financiamentos, nos termos do art. 698, III, b;

- **300 UPF-PA**, pelo não envio dos atos de admissão de pessoal temporário, inobservando a Resolução nº 18/2018;

- **300 UPF-PA**, pela publicação intempestiva dos processos licitatórios no Mural de Licitações, inobservando a Resolução nº 11.832/2015 c/c a Resolução 11.535/2014;

- **600 UPF-PA**, pela não comprovação de realização de processo licitatório para despesas de R\$ 598.359,74, descumprindo o art. 37, XXI da CF/88 c/c o Art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93;

- **300 UPF-PA**, pelas falhas ocorridas na dispensa de Licitação nº 7/2019-241001-PMC e Contrato nº 20190110: Inobservância do prazo de publicação da licitação no mural de licitações (remessa INTENPESITIVA), transgressão do art. 6º da Resolução nº 11.832/2015 TCM/PA;

- **300 UPF-PA**, pelo não atendimento da notificação TCM/PA (Processos nº 2019.04148).

V – Notificar o Presidente da Câmara Municipal de Curuá, para que no prazo de 15 (quinze) dias, retire os autos da sede deste Tribunal, para processamento e julgamento do presente Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o art. 71, parágrafo 2º, da Constituição Estadual do Pará;

VI – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público do Estado para as providências cabíveis  
Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 24 de agosto de 2023.

### RESOLUÇÃO Nº 16.635

Processo Nº 144001.2021.1.000

Município: Tracuateua

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Assunto: Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal



Exercício: 2021

Ordenador: José Bráulio da Costa

Relator: José Carlos Araújo

Ministério Público: Elisabeth Massoud Salame da Silva

EMENTA: CONTAS DE GOVERNO. PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA. EXERCÍCIO DE 2021. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator,

DECISÃO:

I – Emitir Parecer Prévio Favorável, à Aprovação com Ressalvas das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Tracuateua, exercício de 2021, de responsabilidade de José Bráulio da Costa, nos termos do Artigo 37, II, da Lei Complementar no 109/2016;

II – Determinar à Secretaria deste Tribunal o envio eletrônico dos autos à Presidência da Câmara Municipal de Tracuateua, para processamento e julgamento do Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o art. 71, §2º da Constituição Estadual.

Sessão Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 29 de agosto de 2023.

#### RESOLUÇÃO Nº 16.738

Processo Nº 080012007-00

Município: Ananindeua

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Assunto: Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Exercício: 2007

Ordenador: Helder Zahluth Barbalho

Relator: José Carlos Araújo

Ministério Público: Elisabeth Massoud Salame da Silva

EMENTA: CONTAS DE GOVERNO. PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA. EXERCÍCIO DE 2007. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator,

DECISÃO:

I – Emitir Parecer Prévio Favorável à Aprovação das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Ananindeua, exercício de 2007, de responsabilidade de Helder Zahluth Barbalho, nos termos do Artigo 37, I, da Lei Complementar no 109/2016.

Sessão Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 12 de dezembro de 2023.

#### RESOLUÇÃO Nº 16.751

Processo nº 030001.2018.1.000

Jurisdicionado: PREFEITURA MUNICIPAL DE FARO

Assunto: Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal – Exercício 2018

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Interessada: JARDIANE VIANA PINTO (Prefeita)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE FARO. EXERCÍCIO DE 2018. PARECER PRÉVIO PELA NÃO APROVAÇÃO DAS CONTAS.

EM RAZÃO DA NÃO APRESENTAÇÃO DE DEFESA, A CONTROLADORIA CONCLUIU QUE RESTARAM TODAS AS IRREGULARIDADES APONTADAS NA ANÁLISE INICIAL A SABER: 1) NÃO FORAM ENVIADOS ATOS (LEIS E DECRETOS) DE AUTORIZAÇÃO E ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO VALOR TOTAL DE R\$ 12.310.000,00; 2) DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 212, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE DETERMINA A APLICAÇÃO MÍNIMA DE 25% DOS IMPOSTOS ARRECADADOS E TRANSFERIDOS EM EDUCAÇÃO, APLICANDO 22,84%, DA RECEITA DE IMPOSTOS ARRECADADOS E TRANSFERIDOS; 3) DESCUMPRIMENTO DO ART. 60, IV E XII, DO ADCT E ART. 11, DA LEI 11.494/2007, QUE DETERMINA A APLICAÇÃO MÍNIMA DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NOS GASTOS COM A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO, APLICANDO O MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO 58,52%; 4) DESCUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 77, III E §3º DO ADCT DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE DETERMINA A APLICAÇÃO MÍNIMA DE 15% DOS IMPOSTOS ARRECADADOS E TRANSFERIDOS EM SAÚDE, APLICANDO O MUNICÍPIO O CORRESPONDENTE A 10,61% NA SAÚDE; 5) REPASSE AO LEGISLATIVO NO PERCENTUAL DE 7,10% DA RECEITA DO EXERCÍCIO ANTERIOR DESCUMPRINDO O ART. 29-A, §2º, I DA CF; 6) OS GASTOS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO TOTALIZARAM O MONTANTE DE R\$ 13.812.235,41 (TREZE MILHÕES OITOCENTOS E DOZE MIL DUZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS) CORRESPONDENTE



A 57,48% DA RCL, DESCUMPRINDO DO LIMITE MÁXIMO DE 54,00% ESTABELECIDO NO ART. 20, INC. III, B, DA LRF. VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 030001.2018.1.000, RESOLVEM, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, inciso III, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: EMITIR PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO as contas do(a) Sr(a) Jardiane Viana Pinto, relativas ao exercício financeiro de 2018.

DETERMINAR o exposto a seguir:

1. Após o trânsito em julgado desta decisão, proceda a Secretaria-Geral o encaminhamento das prestações de contas de forma eletrônica ao Presidente da Câmara Municipal de FARO para processamento e julgamento do Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o art. 71 §2º, da Constituição Estadual, informando ao TCMPA o resultado do julgamento, sob pena de envio dos autos ao Ministério Público para apuração do crime de improbidade, por violação do art. 11, II, da Lei nº 8.429/92, sem prejuízo de outras sanções que vier imputar o Tribunal, de natureza pecuniária e de ponto de controle para reprovação de suas contas. Belém – PA, 7 de dezembro de 2023.

#### RESOLUÇÃO Nº 16.752

Processo nº 049001.2016.1.000

Jurisdicionado: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUANÁ

Assunto: Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal – Exercício 2016

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Interessados: SÉRGIO MURILO DOS SANTOS GUIMARÃES (Prefeito)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE MUANA. EXERCÍCIO DE 2016. PARECER PRÉVIO PELA NÃO APROVAÇÃO DAS CONTAS.

DAS IRREGULARIDADES INICIALMENTE APONTADAS PELO ÓRGÃO TÉCNICO, DIANTE DA NÃO APRESENTAÇÃO DE DEFESA RESTARAM TODAS AS IRREGULARIDADES APONTADAS NA ANÁLISE INICIAL A SABER: 1) REMESSA INTEMPESTIVA DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

QUADRIMESTRAIS E DO BALANÇO GERAL, DESCUMPRINDO O QUE DETERMINA O ART. 103, V DO RITCM E IN Nº 001/2009/TCM-PA; 2) A REMESSA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL OCORREU FORA DO PRAZO ESTABELECIDO, DESCUMPRINDO O QUE DETERMINA O ART. 103, I DO RITCM E IN Nº 001/2009/TCM-PA; 3) REMESSA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS OCORREU DORA DO PRAZO ESTABELECIDO NO ART. 103, II DO RITCM E IN Nº 001/2009/TCM-PA; 4) REMESSA INTEMPESTIVA DOS RELATÓRIOS RESUMIDOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DESCUMPRINDO O QUE DETERMINA NA IN 01/2009/TCM/PA C/C ART. 103, III, RITCM-PA; 5) REMESSA INTEMPESTIVA DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL, DESCUMPRINDO O QUE DETERMINA NA IN 01/2009/TCM/PA C/C ART. 103, IV, RITCM/PA; 6) NÃO REPASSE AO INSS E AO IPM DA TOTALIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES RETIDAS DOS CONTRIBUINTES, NO VALOR DE R\$ 368.800,73 E R\$ 329.426,71, RESPECTIVAMENTE, DESCUMPRINDO O ESTABELECIDO NO ART. 216, INCISO I, ALÍNEA “B”, DO DECRETO FEDERAL Nº 3.048/1999; 7) NÃO FOI EFETUADA A CORRETA APROPRIAÇÃO (EMPENHAMENTO) E RECOLHIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS AO INSS E IPM NO VALOR DE R\$ 519.280,05 E R\$ 303.694,98, RESPECTIVAMENTE, DESCUMPRINDO O DISPOSTO NO ART. 35 DA LEI FEDERAL 4.320/64 C/C O ART. 50, II, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL; 8) IMPROPRIEDADES CONSTATADAS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS ENCAMINHADOS NO MURAL DE LICITAÇÃO, DESCUMPRINDO A RESOLUÇÃO Nº 11.535/2014-TCMPA C/C LEI 8.666/93, CONFORME INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 222A/2021/1ªCONTROLADORIA/TCMPA; 9) O MUNICÍPIO DE MUANÁ DESCUMPRIU O QUE DETERMINA O ART. 60, IV E XII, DO ADCT E ART. 11, DA LEI 11.494/2007, APLICANDO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2016 O VALOR DE R\$ 18.393.733,05, QUE CORRESPONDEU A 58,44%, DOS RECURSOS DO FUNDEB, NÃO ASSEGURANDO A APLICAÇÃO MÍNIMA DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NOS GASTOS COM A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO; 10) OS GASTOS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO TOTALIZARAM O MONTANTE DE R\$ 40.538.256,94, CORRESPONDENTE A 60,64% DA RCL, DESCUMPRINDO DO LIMITE MÁXIMO DE 54,00% ESTABELECIDO NO ART. 20, INC. III, B DA LRF; 11) OS GASTOS COM PESSOAL DO MUNICÍPIO TOTALIZARAM O MONTANTE DE R\$ 41.495.287,17, CORRESPONDENTE A 62,08% DA RCL, DESCUMPRINDO DO LIMITE MÁXIMO DE 60,00%





ESTABELECIDO NO ART.19, INC. III, DA LRF; 12) NÃO FOI COMPROVADO O RECOLHIMENTO DA MULTA, DE 750 UPFPA, APLICADA CONFORME RESOLUÇÃO Nº 13.934/2018, EM VIRTUDE DO DESCUMPRIMENTO DE PARTE DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS NO TAG Nº 029/2016/TCM/PA; 13) NÃO FOI COMPROVADO O CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO DO ITEM 1 DO VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR, NOS TERMOS DO ACÓRDÃO Nº 34.878/2019-TCMPA.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 049001.2016.1.000, RESOLVEM, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, inciso III, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: EMITIR PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO as contas do(a) Sr(a) Sérgio Murilo Dos Santos Guimarães, relativas ao exercício financeiro de 2016.

APLICAR multa na quantidade de **750 UPF-PA** prevista no Aplicada conforme Resolução nº 13.934/2018, em virtude do descumprimento de parte das obrigações pactuadas no TAG nº 029/2016/TCM-PA, ao(a) Sr(a) Sérgio Murilo Dos Santos Guimarães, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

DETERMINAR o exposto a seguir:

1. Após o trânsito em julgado desta decisão, proceda a Secretaria-Geral com a notificação do Presidente da Câmara Municipal de MUANÁ, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, retire os autos na sede deste Tribunal, para processamento e julgamento do Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o art. 71 §2º, da Constituição Estadual, informando ao TCMPA o resultado do julgamento, sob pena de envio dos autos ao Ministério Público para apuração do crime de improbidade, por violação do art. 11, II, da Lei nº 8.429/92, sem prejuízo de outras sanções que vier imputar o Tribunal, de natureza pecuniária e de ponto de controle para reprovação de suas contas.

Em caso de inobservância, por parte da Câmara Municipal, ao acima disposto, notadamente quanto a

retirada dos autos neste TCMPA, fica desde já autorizada a Secretaria-Geral, observadas as cautelas legais e normativas incidentes, em adotar as providências necessárias de remessa postal da referida documentação.

Belém – PA, 7 de dezembro de 2023.

### RESOLUÇÃO Nº 16.753

Processo Nº 022001.2021.1.000

Município: Capanema

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Assunto: Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Exercício: 2021

Ordenador: Francisco Ferreira Freitas Neto – Prefeito

Relator: José Carlos Araújo

Ministério Público: Marcelo Fonseca Barros

EMENTA: CONTAS DE GOVERNO. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA. EXERCÍCIO DE 2021. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL COM RESSALVAS. APLICAÇÃO DE MULTAS.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator,

DECISÃO:

I – Emitir Parecer Prévio Favorável, à Aprovação com Ressalvas das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Capanema, exercício de 2021, de responsabilidade de Francisco Ferreira Freitas Neto, nos termos do Artigo 37, II, da Lei Complementar no 109/2016;

II – Aplicar multa de **300 UPF-PA**, pelas falhas nos processos licitatórios e contratos encaminhados no Mural de Licitações que deverá ser recolhida ao FUMREAP (instituído pela Lei nº 7.368/2009), no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RITCM-PA II – Determinar à Secretaria deste Tribunal após o trânsito em julgado desta decisão, notificar a presidência da Câmara Municipal de Capanema, para realizar o processamento e julgamento do presente Parecer Prévio, no prazo de noventa (90) dias, conforme determina o artigo 71, §2º, da Constituição Estadual, e informe a esta Corte de Contas o resultado do julgamento.

Sessão Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 12 de dezembro de 2023.



**RESOLUÇÃO Nº 16.769**

Processo Nº 034001.2022.1.000

Município: Inhangapi

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Assunto: Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Exercício: 2022

Ordenador: Egilasio Alves Feitosa

Relator: José Carlos Araújo

Ministério Público: Procuradora Maria Regina Franco Cunha

EMENTA: CONTAS DE GOVERNO. PREFEITURA MUNICIPAL DE INHANGAPI. EXERCÍCIO DE 2022. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL COM RESSALVAS. APLICAÇÃO DE MULTAS.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator,

DECISÃO:

I – Emitir Parecer Prévio Favorável, à Aprovação com Ressalvas das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Inhangapi, exercício de 2022, de responsabilidade de Egilasio Alves Feitosa, nos termos do Artigo 37, II, da Lei Complementar no 109/2016;

II – Aplicar multas que deverão ser recolhidas ao FUMREAP (instituído pela Lei nº 7.368/2009), no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RITCM-PA:

- Multa na quantidade de **300 UPF-PA**, prevista no art. 72 da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, pela não apropriação e recolhimento das Obrigações Patronais, descumprindo o disposto no art. 35 da Lei Federal 4.320/64 c/c o art. 50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal na competência devida;

- Multa na quantidade de **300 UPF-PA**, prevista no art. 72 da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, pelo cumprimento de apenas 87,77% das obrigações contidas na Matriz Única da Transparência Pública Municipal (IN nº 011/2021/TCM-PA);

- Multa na quantidade de **300 UPF-PA**, prevista no art. 72 da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, pela intempestividade na publicação dos documentos de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2022 no Mural de Licitações, infringindo o art. 11 da Instrução Normativa nº 22/2021/TCM/PA.

III – Determinar à Secretaria deste Tribunal após o trânsito em julgado desta decisão, notificar a presidência

da Câmara Municipal de Capanema, para realizar o processamento e julgamento do presente Parecer Prévio, no prazo de noventa (90) dias, conforme determina o artigo 71, §2º, da Constituição Estadual, e informe a esta Corte de Contas o resultado do julgamento.

Sessão Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 13 de dezembro de 2023.

**RESOLUÇÃO Nº 16.770**

Processo Nº 144001.2022.1.000

Município: Tracuateua

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Tracuateua

Assunto: Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Exercício: 2022

Ordenador: José Bráulio da Costa

Relator: José Carlos Araújo

Ministério Público: Subprocurador Marcelo Fonseca Barros

EMENTA: CONTAS DE GOVERNO. PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA. EXERCÍCIO DE 2022. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL COM RESSALVAS. APLICAÇÃO DE MULTA.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator,

DECISÃO:

I – Emitir Parecer Prévio Favorável à Aprovação com ressalvas das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Tracuateua, exercício financeiro de 2022, de responsabilidade de José Bráulio da Costa, nos termos do Artigo 37, II, da Lei Complementar no 109/2016.

II – Aplicar multas, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695 caput do RITCM/PA:

- **300 UPF/PA**, pelo cumprimento parcial das obrigações contidas na Matriz Única da Transparência Pública Municipal, descumprindo as disposições da Instrução Normativa nº 11/2021/TCM/PA;

- **500 UPF/PA**, pelas impropriedades nos processos licitatórios, conforme Manifestação Jurídica nº 087/2023/7ª Controladoria/TCM/PA.

III – Determinar à Secretaria deste Tribunal após o trânsito em julgado desta decisão, notificar a presidência da Câmara Municipal de Capanema, para realizar o processamento e julgamento do presente Parecer Prévio,



no prazo de noventa (90) dias, conforme determina o artigo 71, §2º, da Constituição Estadual, e informe a esta Corte de Contas o resultado do julgamento.

Sessão Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 13 de dezembro de 2023.

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA – GP

### PAUTA DE JULGAMENTO

#### CONS. ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

O Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará comunica aos Interessados que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na **Sessão Plenária Ordinária** a ser realizada no dia **25/01/2024**, às **9** horas, em sua sede, os seguintes processos:

##### 01) Processo nº 1.059217.2023.2.0002

Responsável: **Ministério Público de Contas dos Municípios do Pará**

Interessado(a): Sr(a). Rosibergue Torres Campos - Prefeito

Origem: Prefeitura Municipal / PORTO DE MOZ

Assunto: Representação Externa - Juízo de Admissibilidade de Representação

Exercício: 2023

Relator: Conselheiro Daniel Lavareda

##### 02) Processo nº 030001.2019.1.000

Responsável: Sr(a). **Jardiane Viana Pinto**

Origem: Prefeitura Municipal / FARO

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Exercício: 2019

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

##### 03) Processo nº 096001.2022.1.000

Responsável: Sr(a). **Júlio César Dairel**

Origem: Prefeitura Municipal / OURILANDIA DO NORTE

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

##### 04) Processo nº 101001.2022.1.000

Responsável: Sr(a). **Adriano Salomão Costa de Carvalho Filho**

Origem: Prefeitura Municipal / SANTA MARIA DAS BARREIRAS

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

##### 05) Processo nº 030002.2022.2.000

Responsável: Sr(a). **Djalma Pereira de Souza**

Origem: Câmara Municipal / FARO

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão - SPE

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

##### 06) Processo nº 035002.2022.2.000

Responsável: Sr(a). **Jorge Willians Pereira Lima**

Origem: Câmara Municipal / IRITUIA

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão - SPE

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

##### 07) Processo nº 098002.2022.2.000

Responsável: Sr(a). **Ivanaldo Braz Silva Simplicio**

Origem: Câmara Municipal / PARAUAPEBAS

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

##### 08) Processo nº 014017.2022.2.000

Responsável: Sr(a). **Alfredo Cardoso Costa**

Origem: Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA / BELEM

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Daniel Lavareda

Advogado/Contador: Sr(a). Marília Gomes Nogueira - Contadora

##### 09) Processo nº 001427.2022.2.000

Responsável: Sr(a). **Josiane da Costa Baia**

Origem: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente / ABAETETUBA



Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão - SPE  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

**10) Processo nº 133025.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Rosi Carmen Barbosa Cavalcante**  
Origem: Fundo Municipal de Educação / CACHOEIRA DO PIRIA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão - SPE  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

**11) Processo nº 036004.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Solange Moreira de Aguiar**  
Origem: Fundo Municipal de Assistência Social / ITAITUBA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão - SPE  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

**12) Processo nº 108332.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Gilberto da Costa Veloso** - (01/01/2022 até 17/08/2022), Sr(a). Isvandires Martins Ribeiro - (18/08/2022 até 29/08/2022) e Sr(a). Diego Almeida Vieira Campos - (30/08/2022 até 31/12/2022)  
Origem: FUNDEB / ÁGUA AZUL DO NORTE  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Sérgio Leão

**13) Processo nº 108003.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Gilberto da Costa Veloso** - (01/01/2022 até 17/08/2022), Sr(a). Isvandires Martins Ribeiro - (18/08/2022 até 29/08/2022) e Sr(a). Diego Almeida Vieira Campos - (30/08/2022 até 31/12/2022)  
Origem: Fundo Municipal de Educação / ÁGUA AZUL DO NORTE  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Sérgio Leão

**14) Processo nº 096440.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **José de Sousa Leite**  
Origem: Fundo Municipal de Educação / OURILANDIA DO NORTE

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Sérgio Leão

**15) Processo nº 102428.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Carleny Botelho Carvalho**  
Origem: Fundo Municipal de Educação / SAO GERALDO DO ARÁGUAIÁ  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Sérgio Leão

**16) Processo nº 143009.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Rones Fernandes de Minas**  
Origem: FUNDEB / SAPUCAIA  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Sérgio Leão

**17) Processo nº 130007.2021.2.000**

Responsável: Sr(a). **Marta Gonçalves da Silva**  
Origem: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS / ANAPU  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2021  
Relator: Conselheiro Lúcio Vale  
Advogado/Contador: Sr(a). Eduardo dos Santos Souza (Contador)

**18) Processo nº 015477.2021.2.000**

Responsável: Sr(a). **Luíza Euclídia de Lima Solon**  
Origem: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS / BENEVIDES  
Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2021  
Relator: Conselheiro Lúcio Vale  
Advogado/Contador: Sr(a). Stelio Soares Tavares Filho (Contador)

**19) Processo nº 1.014600.2023.2.0010**

Interessado(a): Sr(a). **Raimundo Luiz Silva Araújo**  
Origem: Secretaria Municipal de Controle, Integridade e Transparência de Belém - SECONT / BELEM





Assunto: Consultas - “Seria obrigatório a elaboração e publicação de uma relação específica no Portal da Transparência, tal como estabelece a instrução normativa ou seria permitido que tais informações sejam cadastradas no Portal, como já ocorre habitualmente?”

Exercício: 2023

Relator: Conselheira Mara Lúcia Barbalho

## 20) Processo nº 014015.2020.2.000

Responsável: Sr(a). **LÉLIO COSTA DA SILVA**

Origem: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM - CODEM / BELEM

Assunto: Pedidos de Reabertura de Instrução Processual - PEDIDO DE REABERTURA DE INSTRUÇÃO - CODEM

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Cezar Colares

Advogado/Contador: Sr(a). RUSEVALDO PIMENTEL DE BRITO - CONTADOR

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 18/01/2024.

**JORGE ANTONIO CAJANGO PEREIRA**

Secretário-Geral

## GABINETE DO CORREGEDOR

### SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO

#### CONS. JOSÉ CARLOS ARAÚJO

##### DESPACHO DE SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO

Nº 009/2024

PROCESSO Nº: 1.058392.2015.2.0001

PROCEDÊNCIA: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTEL/PA.

INTERESSADO: ANA VALERIA FERREIRA OLIVEIRA

EXERCÍCIO: 2015

**ASSUNTO:** SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO DE MULTA AO FUMREAP, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSTANTE NO PROCESSO Nº 05392.2015.2.000/201682732-00, ACÓRDÃO Nº 35.589, DE 21/11/2019.

**Considerando** o relatado na Informação Nº 009/2024 – GAB/CORREGEDORIA/TCM, tratando-se de pedido de parcelamento do débito em favor do FUMREAP, autorizo,

em 7 (sete) parcelas o pagamento referente a multa do ACÓRDÃO Nº 35.589, de 21/11/2019.

Cientifique-se o requerente, para assinar o **TERMO DE PARCELAMENTO**.

Belém, 17 de janeiro de 2024.

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**

Conselheiro Corregedor

##### DESPACHO DE SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO

Nº 010/2024

PROCESSO Nº: 1.058407.2015.2.0004

PROCEDÊNCIA: FUNDEB DE PORTEL/PA.

INTERESSADO: ANA VALERIA FERREIRA OLIVEIRA.

EXERCÍCIO: 2015

**ASSUNTO:** SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO DE MULTA AO FUMREAP, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSTANTE NO PROCESSO Nº 058.407.2015.2.000 (201682731-00), ACÓRDÃO Nº 36.596, DE 03/06/2020.

**Considerando** o relatado na Informação Nº 010/2024 – GAB/CORREGEDORIA/TCM, tratando-se de pedido de parcelamento do débito em favor do FUMREAP, autorizo, em 20 (vinte) parcelas o pagamento referente a multa do ACÓRDÃO Nº 36.596, DE 03/06/2020.

Cientifique-se o requerente, para assinar o **TERMO DE PARCELAMENTO**.

Belém, 17 de janeiro de 2024.

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**

Conselheiro Corregedor

##### DESPACHO DE SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO

Nº 011/2024

PROCESSO Nº: 1.058391.2013.2.0007

PROCEDÊNCIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTEL/PA.

INTERESSADO: ANA VALERIA FERREIRA OLIVEIRA

EXERCÍCIO: 2013

**ASSUNTO:** SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO DE MULTA AO FUMREAP, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSTANTE NO PROCESSO Nº 583912013-00, ACÓRDÃO Nº 31.473, DE 30/11/2017.

**Considerando** o relatado na Informação Nº 011/2024 – GAB/CORREGEDORIA/TCM, tratando-se de pedido de parcelamento do débito em favor do FUMREAP, autorizo, em 20 (vinte) parcelas o pagamento referente a multa do ACÓRDÃO Nº 31.473, DE 30/11/2017.

Cientifique-se o requerente, para assinar o **TERMO DE PARCELAMENTO**.

Belém, 17 de janeiro de 2024.

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**

Conselheiro Corregedor



**DESPACHO DE SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO  
Nº 012/2024****PROCESSO Nº:** 1.058407.2016.2.0005**PROCEDÊNCIA:** FUNDEB DE PORTEL/PA.**INTERESSADO:** ANA VALERIA FERREIRA OLIVEIRA.**EXERCÍCIO:** 2016**ASSUNTO:** SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO DE MULTA AO FUMREAP, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSTANTE NO PROCESSO Nº 058407.2016.2.000, ACÓRDÃO Nº 39.321, DE 29/09/2021.**Considerando** o relatado na Informação Nº 012/2024 – GAB/CORREGEDORIA/TCM, tratando-se de pedido de parcelamento do débito em favor do FUMREAP, autorizo, em 18 (dezoito) parcelas o pagamento referente a multa do ACÓRDÃO Nº 39.321, DE 29/09/2021.**Cientifique-se** o requerente, para assinar o TERMO DE PARCELAMENTO.

Belém, 17 de janeiro de 2024.

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**

Conselheiro Corregedor

**Protocolo: 45646****DO GABINETE DE CONSELHEIRO  
SUBSTITUTO****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO****CONS. SUBST. ALEXANDRE CUNHA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO****Nº 120/2023/Cons. Subst. Alexandre Cunha/TCMPA**

(Processo nº 202103703-00)

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, o Senhor, Amilton Cordeiro dos Santos.

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos arts., 31 da LOTCM e arts. 75, III e 110, III do RITCM, Notifico, com fundamento no art. 677, §2º do RITCM-PA, através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o Senhor, Amilton Cordeiro dos Santos, Presidente da Câmara do Município de Capitão Poço, no exercício financeiro de 2023, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado na Informação nº 326/2021/6ª Controladoria/TCMPA, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará  
Belém, 17 de janeiro de 2024.**ALEXANDRE CUNHA**

Conselheiro Substituto/Relator/TCMPA

**Protocolo: 45624****DOS SERVIÇOS AUXILIARES - SA****APOSTILAMENTO****DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – DAD****TERMO DE APOSTILAMENTO nº 001/2024 AO CONTRATO Nº 053/2022**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.789.665/0001-87, Inscrição Estadual nº 15.191.280-7, com sede Travessa Magno de Araújo nº 474, Bairro Telégrafo Sem Fio, CEP: 66113-055, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, através de seu Presidente, o Conselheiro ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES, AUTORIZA, de acordo a cláusula sétima do instrumento contratual e com o § 8º do art. 65, da Lei nº 8.666/93, o APOSTILAMENTO ao Contrato nº 053/2022/TCM, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS, COMPLEMENTARES E COMPATIBILIZAÇÃO COM PROJETO ARQUITETÔNICO E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA DO GALPÃO ANEXO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, localizado em um terreno de 3.800m², sito a Trav. Magno de Araújo, no 474, bairro do Telégrafo, cidade de Belém do Pará - CEP 66113-055, firmado com o CONSÓRCIO TCM+, CNPJ nº 48.437.984/0001-07, localizado

[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)

← Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.

DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

à Rua das Fiandeiras, nº 306, Conjunto 72, Sala 2/ Vila Olímpia / São Paulo-SP, CEP: 04545-001, para os fins de conceder o equilíbrio econômico financeiro dos valores do contrato em tela no percentual de 3,15% (três vírgula quinze por cento), apurado pelo INCC-M no período de julho/2022 a julho/2023, sendo que a partir de 04 de julho de 2023, o saldo contratual passará de R\$ 19.663.948,74 (dezenove milhões, seiscentos e sessenta e três mil, novecentos e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos para R\$ 20.281.382,43 (vinte milhões, duzentos e oitenta e um mil, trezentos e oitenta e dois reais e quarenta e três centavos).

Abaixo consta a devida composição dos valores retroativos a 04 de julho de 2023, contemplando os serviços já executados:

CÁLCULO DA DIFERENÇA DEVIDA AO CONTRATO Nº 053/2022 - CONSÓRCIO TCM + REFERENTES À 5ª, 6ª, 7ª, 8ª E 9ª MEDIÇÕES CORRESPONDENTE A 04/07/2023 A 31/12/2023				
MEDIÇÕES	PERÍODO	VALOR A SER PAGO COM REAJUSTE	VALOR PAGO SEM REAJUSTE	VALOR DEVIDO
5ª MEDIÇÃO	04/07 A 05/09/2023	R\$ 175.309,70	R\$ 169.978,58	R\$ 5.331,12
6ª MEDIÇÃO	06/09 A 30/09/2023	R\$ 624.444,01	R\$ 605.420,47	R\$ 19.023,54
7ª MEDIÇÃO	01/10 A 31/10/2023	R\$ 364.728,76	R\$ 353.651,65	R\$ 11.077,11
8ª MEDIÇÃO	01/11 A 30/11/2023	R\$ 268.049,30	R\$ 259.908,46	R\$ 8.140,84
9ª MEDIÇÃO	01/12 A 31/12/2023	R\$ 446.213,05	R\$ 432.649,12	R\$ 13.563,93
VALOR TOTAL DEVIDO REFERENTES À 5ª, 6ª, 7ª, 8ª E 9ª MEDIÇÕES				R\$ 57.136,54

Belém, 18 de janeiro de 2024.

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES  
Conselheiro/Presidente

Protocolo: 45648

*Pelo 2º ano consecutivo*

**TCMPA É DIAMANTE EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**

Realização:

**Ei, gestor e gestora tem muita aplicada pelo TCM para pagar?**

Entre em contato com a Corregedoria:  
✉ [corregedoria1@tcm.pa.gov.br](mailto:corregedoria1@tcm.pa.gov.br)  
☎ (91) 98447 - 1202

**TCMPA**

**CANAL DO TCM PA NO WHATSAPP**

Bem-vinda e bem-vindo ao canal oficial do **Tribunal de Contas do Município do Pará (TCMPA)** no WhatsApp! Aqui, você terá acesso a informações exclusivas e atualizadas sobre as atividades do Tribunal, notícias relacionadas ao julgamento e à fiscalização das contas municipais, eventos, cursos e muito mais.

**40 TCM PA**

O Canal do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) tem como função promover informações sobre o controle externo, interno e social, divulgando informações sobre ações do Tribunal, dando voz à fiscalização cidadã e buscando melhorias das políticas públicas nos 144 municípios do Pará.

Siga o nosso Canal clicando no link abaixo:

<https://whatsapp.com/channel/0029VaKsoRhJ3jupumMIWg1o>



[www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



✎ Consulta via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCM PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE